Notícias do dia 28 de setembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Tem início a primeira sessão ordinária híbrida desta semana . . . 3

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Programa Inventário 2021, lançado pelo Governo de Goiás, realiza controle de bens do Estado . . . 4

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Pauta da sessão de hoje tem projetos de lei e parecer do TCE . . . 5

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Tem início a primeira sessão ordinária híbrida desta semana . . . 7

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Pauta da sessão de hoje tem projetos de lei e parecer do TCE . . . 8

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Tem início a primeira sessão ordinária híbrida desta semana . . . 10

Tem início a primeira sessão ordinária híbrida desta semana

No exercício da presidência, o deputado Humberto Aidar (MDB) declarou aberta a sessão ordinária híbrida desta terça-feira, 28. Na pauta, há 80 matérias disponíveis para apreciação dos parlamentares, entre projetos de iniciativa dos deputados, da Governadoria e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO).

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/120268/tem-inicio-a-primeira-sessao-ordinaria-hibrida-desta-semana

Programa Inventário 2021, lançado pelo Governo de Goiás, realiza controle de bens do Estado

O Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria da Administração (Sead), lançou, nesta segunda-feira (27/09), o Programa Inventário 2021. A iniciativa, realizada pelo terceiro ano consecutivo, tem como finalidade o levantamento e aperfeiçoamento do controle patrimonial por todos os órgãos e entidades do Estado.

Enquanto os inventários de 2019 e 2020 aprofundaram as investigações sobre os bens do Estado, o procedimento em 2021 consistirá na confirmação desses dados pelos órgãos que têm a posse dos itens já listados. Dessa forma, neste ano a prioridade será detalhar os bens imóveis, desde a descrição até a sua utilização.

Cerca de 200 pessoas, representantes das áreas patrimoniais dos órgãos estaduais, participaram da reunião remota, em que o secretário da Administração, Bruno D'Abadia, explicou como a ação será desenvolvida neste ano. Na visão do secretário, a realidade da gestão dos imóveis em **Goiás** está sendo transformada.

De acordo com a Sead, as ações desenvolvidas a partir do Programa Inventário em 2019 e 2020 contribuíram para que a aprovação das contas do Governo de **Goiás** fosse feita sem ressalvas pelo **TCE**. Contudo, D'Abadia acredita que esta é uma consequência da atuação do Estado na gestão patrimonial.

O secretário agradeceu a atuação dos setoriais da área patrimonial dos órgãos pelo empenho demonstrado em 2020, quando foram inventariados mais de 1,7 milhões de bens móveis e foi feito levantamento de 4.227 imóveis da administração direta e 123 da administração indireta. A intenção é aperfeiçoar a ação nos próximos anos. Nesse sentido, D'Abadia anunciou que, no ano que vem, será possível realizar o inventário de bens imóveis por meio de um sistema que está em desenvolvimento pela equipe da Sead, o que dará mais agilidade ao procedimento.

Na reunião, o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro, explicou que, a partir do momento em que o inventário é feito de forma constante, ao longo do ano, o trabalho se torna mais simplificado. "A medida que eu tenho uma gestão patrimonial eficiente, no final do ano, o inventário é uma simples conferência", expôs.

Histórico

O Programa Inventário envolve a contagem de todos os bens móveis do Estado. Essas informações são lançadas no sistema de patrimônio mobiliário e alimentam a contabilidade da gestão junto ao **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Na primeira edição do programa, realizada em 2019, mais de 25% dos bens móveis do inventário de 2018 não foram encontrados.

Assim, a equipe da Sead procurou sanar as irregularidades e estabeleceu estratégias para a otimização do processo. "Hoje, os trabalhos de gestão patrimonial do Estado de **Goiás** estão entre os que mais evoluíram no País", afirmou Bruno D'Abadia. Ele ainda reforçou que, em 2021, o inventário de bens imóveis deve ser entregue até o dia 22 de novembro, enquanto a finalização do levantamento de bens móveis de cada órgão deve ser feita até 20 de dezembro.

Site:
https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1344013/t/programa-inventario-2021-lancado-pelo-governo-de-goias-realiza-controle-de-bens-do-estado/

Pauta da sessão de hoje tem projetos de lei e parecer do TCE

Os deputados estaduais realizarão a primeira sessão deliberativa da última semana de votações do mês de setembro, nesta terça-feira, 28, e na Ordem do Dia constam 80 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, da Governadoria, e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 16 proposições de iniciativa parlamentar em fase de votação definitiva, 32 em primeira etapa de apreciação, e 30 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE**-GO referente às contas anuais do Governo no exercício de 2020 e um veto parcial oriundo do Poder Executivo.

Dentre os projetos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se o de nº 1471/19, de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL). A iniciativa torna obrigatória a instalação de sirene antipânico e sinal luminoso no lado externo das instituições de ensino públicas e privadas de **Goiás**.

De acordo com a proposição, a Polícia Militar de **Goiás** (PM-GO) e o **Corpo de Bombeiros Militar de Goiás** (CBM-GO) da jurisdição deverão ser acionados, de forma imediata, por meio do clique no botão do alarme citado.

"Muitas instituições de ensino localizadas em áreas de conflito em nosso estado vivem em situação de vulnerabilidade. Além da violência armada, há a possibilidade de outras ocorrências, como incêndios, em que a celeridade no socorro é essencial para salvar vidas. É preciso, portanto, não só planejar as medidas de segurança e de prevenção, como providenciar socorro rápido", diz o deputado ao justificar sua proposta.

Já no rol das propostas em fase de primeira apreciação, está o projeto de lei n° 2251/19, proposto pelo deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos), que fala sobre obrigatoriedade dos cartórios notariais informarem sobre as operações de compra e venda ou de qualquer outra forma de transferência de propriedade de veículos automotores ao Departamento Estadual de Trânsito de **Goiás** (Detran-GO).

A proposição estabelece que os cartórios são obrigados a comunicar ao proprietário vendedor a opção de fazer o comunicado de venda no ato do reconhecimento de firma e fica facultado fazê-lo naquele momento ou não.

O deputado ressalta que o objetivo é o de dar mais agilidade, segurança e eficiência na alienação de veículos. "As transações serão realizadas de forma imediata, transparente e segura, impedindo que quaisquer responsabilidades solidárias recaiam sobre o antigo proprietário, o que isentará imediatamente os usuários de possíveis cobranças indevidas de multas e de IPVA", enfatiza.

Jeferson Rodrigues salienta, ainda, que, no aspecto constitucional, constata-se que a matéria regulamenta um serviço de cooperação entre órgãos que atuam dentro do próprio Estado e, assim sendo, não enfrenta problemas de inconstitucionalidade.

Para se tornar lei, a iniciativa precisa passar por duas fases de votação no Plenário da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 28, consulte a pauta prévia.

ICMS zero para combustíveis

Pode entrar na pauta de votações desta terça-feira, 28, ainda, o projeto de lei nº 1133/20, de autoria do deputado Cláudio Meirelles (PTC), que trata de redução do ICMS. Durante as votações da última semana, a matéria teve sua discussão e votação em Plenário prejudicada por ter sido emendado pelo líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB). Com isso, a matéria retornou à CCJ para que um relator emita parecer. Caso seja aprovado durante a reunião do colegiado hoje, o texto estará apto a ser encaminhado novamente para a análise do Plenário.

A propositura visa estabelecer a alíquota zero de ICMS incidente sobre combustíveis produzidos e comercializados em **Goiás**. O projeto está apensado à matéria de nº 1134/20, assinada pelo deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL), a qual também já se encontra apensada à de nº 1326/20, de autoria do deputado Delegado Eduardo Prado (DC).

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de três sessões ordinárias. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 20 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas exclusivamente por deputados. Dentre as iniciativas apreciadas, nove foram votadas em fase definitiva e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outros 13 processos legislativos. Desses, nove são referentes a projetos de lei ordinária, todos de iniciativa parlamentar. Essas matérias foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além dessas, a Casa recebeu quatro vetos do governador Ronaldo Caiado a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário. Foram dois vetos integrais e dois parciais.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/120260/pauta-da-sessao-de-hoje-tem-projetos-de-lei-e-parecer-do-tce

Tem início a primeira sessão ordinária híbrida desta semana

No exercício da presidência, o deputado Humberto Aidar (MDB) declarou aberta a sessão ordinária híbrida desta terça-feira, 28. Na pauta, há 80 matérias disponíveis para apreciação dos parlamentares, entre projetos de iniciativa dos deputados, da Governadoria e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO).

Site: https://brasilemfolhas.com/2021/09/tem-inicio-a-primeira-sessao-ordinaria-hibrida-desta-semana/

Pauta da sessão de hoje tem projetos de lei e parecer do TCE

Da Redação

Os deputados estaduais realizarão a primeira sessão deliberativa da última semana de votações do mês de setembro, nesta terça-feira, 28, e na Ordem do Dia constam 80 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, da Governadoria, e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 16 proposições de iniciativa parlamentar em fase de votação definitiva, 32 em primeira etapa de apreciação, e 30 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **TCE**-GO referente às contas anuais do Governo no exercício de 2020 e um veto parcial oriundo do Poder Executivo.

Dentre os projetos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se o de nº 1471/19 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL). A iniciativa torna obrigatória a instalação de sirene antipânico e sinal luminoso no lado externo das instituições de ensino públicas e privadas de **Goiás**.

De acordo com a proposição, a Polícia Militar de **Goiás** (PM-GO) e o **Corpo de Bombeiros Militar de Goiás** (CBM-GO) da jurisdição deverão ser acionados, de forma imediata, por meio do clique no botão do alarme citado.

"Muitas instituições de ensino, localizadas em áreas de conflito em nosso estado, vivem em situação de vulnerabilidade. Além da violência armada, há a possibilidade de outras ocorrências, como incêndios, em que a celeridade no socorro é essencial para salvar vidas. É preciso, portanto, não só planejar as medidas de segurança e de prevenção, como providenciar socorro rápido", diz o deputado ao justificar sua proposta.

Já no rol das propostas em fase de primeira apreciação, está o projeto de lei n° 2251/19 , proposto pelo deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos), que fala sobre obrigatoriedade dos cartórios notariais informarem sobre as operações de compra e venda ou de qualquer outra forma de transferência de propriedade de veículos automotores ao Departamento Estadual de Trânsito de **Goiás** (Detran-GO).

A proposição estabelece que os cartórios são obrigados a comunicar ao proprietário vendedor a opção de fazer o comunicado de venda no ato do reconhecimento de firma e fica facultado fazê-lo naquele momento ou não.

O deputado ressalta que o objetivo é o de dar mais agilidade, segurança e eficiência na alienação de veículos. "As transações serão realizadas de forma imediata, transparente e segura, impedindo que quaisquer responsabilidades solidárias recaiam sobre o antigo proprietário, o que isentará imediatamente os usuários de possíveis cobranças indevidas de multas e de IPVA", enfatiza.

Jeferson Rodrigues salienta, ainda, que, no aspecto constitucional, constata-se que a matéria regulamenta um serviço de cooperação entre órgãos que atuam dentro do próprio Estado e, assim sendo, não enfrenta problemas de inconstitucionalidade.

Para se tornar lei, a iniciativa precisa passar por duas fases de votação no plenário da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 28, consulte a pauta prévia .

ICMS zero para combustíveis

Pode entrar na pauta de votações desta terça-feira, 28, ainda, o projeto de lei nº 1133/20 , de autoria do deputado Cláudio Meirelles (PTC), que trata de redução do ICMS. Durante as votações da última semana, a matéria teve sua discussão e votação em plenário prejudicada por ter sido emendado pelo líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB). Com isso, a matéria retornou à CCJ para que um relator emita parecer. Caso seja aprovado durante a reunião do colegiado hoje, o texto estará apto a ser

encaminhado novamente para a análise do Plenário.

A propositura visa estabelecer a alíquota zero de ICMS incidente sobre combustíveis produzidos e comercializados em **Goiás**. O projeto está apensado à matéria de nº 1134/20 , assinada pelo deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL), a qual também já se encontra apensada à de nº 1326/20 , de autoria do deputado Delegado Eduardo Prado (DC).

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de três sessões ordinárias. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 20 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas exclusivamente por deputados. Dentre as iniciativas apreciadas, nove foram votadas em fase definitiva e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outros 13 processos legislativos. Desses, nove são referentes a projetos de lei ordinária, todos de iniciativa parlamentar. Essas matérias foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além dessas, a Casa recebeu quatro vetos do governador Ronaldo Caiado a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário. Foram dois vetos integrais e dois parciais.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/pauta-da-sessao-de-hoje-tem-projetos-de-lei-e-parecer-do-tce/

Tem início a primeira sessão ordinária híbrida desta semana

Da Redação

No exercício da presidência, o deputado Humberto Aidar (MDB) declarou aberta a sessão ordinária híbrida desta terça-feira, 28. Na pauta, há 80 matérias disponíveis para apreciação dos parlamentares, entre projetos de iniciativa dos deputados, da Governadoria e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO).

Site: https://www.gazetaplay.com.br/tem-inicio-a-primeira-sessao-ordinaria-hibrida-desta-semana/